



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos

## FUNDAMENTOS E HISTÓRIA: O SURGIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Isabelle Pinto Mendonça<sup>1</sup>  
Vânia Carvalho Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o período histórico da Idade Moderna para entender o surgimento do modo de produção capitalista e o seu reflexo na gênese do Serviço Social como profissão. A metodologia constou de uma pesquisa bibliográfica, em fontes secundárias, composta por livros e artigos científicos. O método de análise utilizado: materialismo histórico-dialético.

**Palavras-chave:** Fundamentos; surgimento do modo de produção capitalista; gênese do Serviço Social no Brasil.

**Abstract:** The objective of this article is to analyze the historical period of the Modern Age, to understand the emergence of the capitalist mode of production and its reflection in the genesis of Social Service as a profession. The methodology consisted of a bibliographical research, in secondary sources, composed by books and scientific articles. The method used: historical-dialectical materialism.

**Key words:** Fundamentals; emergence of the capitalist mode of production; genesis of Social Work in Brazil.

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma reflexão teórica que tem por objetivo analisar o período histórico compreendido como Idade Moderna, que vai do século XV ao século XVIII, alcançando, neste sentido, o surgimento do modo de produção capitalista, o qual é responsável por criar as condições necessárias para que se desenvolvam e se acentuem as expressões da questão social, essenciais na compreensão da gênese do Serviço Social como profissão.

A escolha do tema em análise justifica-se pelo interesse no arcabouço teórico adquirido nas leituras, discussões e debates realizados durante as aulas da disciplina: Fundamentos do Serviço Social, do mestrado na área do Serviço Social e Política Social.

A idade moderna começou no ano 1453 com a tomada da cidade de Constantinopla e vai até o ano de 1789 com a Revolução Francesa. Este período abriga importantes marcos históricos: O renascimento cultural, no qual muitos costumes irão florescer. Os descobrimentos e colonizações, dentre as quais há a colonização portuguesa em território brasileiro. Também é o período dos questionamentos das doutrinas pregadas pela igreja

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: vrtlcarvalho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: vrtlcarvalho@hotmail.com.

católica, e por isso, vão surgir movimentos contra a igreja católica, as denominadas: reformas protestantes. É período ainda, que a igreja católica realiza as contrarreformas, a inquisição e catequização dos povos colonizados. Outro marco que se desenvolveu durante a idade moderna foi o mercantilismo, em que o rei dita suas ordens para o comércio, criando regras para a venda dos produtos.

É ainda nesta mesma época moderna que a burguesia está em desenvolvimento, contudo, trata-se neste momento, de uma burguesia que está surgindo e que não tem muito poder, pois, o poder totalitário se concentra na figura do rei, é o chamado absolutismo. Até que o poder do rei começa a ser questionado e começam a surgir revoluções para questionar. Nesta perspectiva, surge um movimento intelectual que utiliza a razão para encontrar explicações aos questionamentos sobre o mundo, é o iluminismo, que vai inaugurar o momento conhecido como: idade das luzes ou idade da razão, o qual marca a História da modernidade. Por fim, ocorre ainda na idade moderna, a Revolução Industrial, que apresenta a gênese do capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo vai ultrapassar as fases da História e adentra os diversos países do mundo. Dentre esses países encontra-se o Brasil. Quando o sistema capitalista começa a surgir no Brasil, em especial com a fase da entrada das grandes indústrias vão se desenvolver as bases formadoras da história do Serviço Social.

O estudo foi realizado através de leituras das publicações realizadas por autores especialistas na área da História e Serviço Social brasileiro. Assim, foi possível alcançar, nas conclusões, que a origem e a forma do desenvolvimento do sistema capitalista, produziu e produz constantes rebatimentos que influenciam a história do Serviço Social e a atuação profissional ainda atualmente.

## **2. A IDADE MODERNA: O SURGIMENTO DO CAPITALISMO E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

A presente análise tem como ponto de partida o momento determinado na História Mundial como: idade moderna. Este período histórico surge a partir do declínio do feudalismo como sistema econômico e social que predominou durante a idade média, e vai até o momento que resultou no aparecimento do sistema capitalista. Portanto, a idade moderna constitui-se historicamente como um período de transição entre a negação dos valores, os dogmas afirmados pela era medieval e a consolidação dos ideais de progresso, do pensamento racional e individualista pregados pelo novo modo de produção que surgia: o modo de produção capitalista.

Berman (1986, p. 16), em seu entendimento sobre esta periodização da história da modernidade brasileira, expressa sua compreensão da divisão em três fases: a “primeira

fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII [...]. Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. [...] No século XX, nossa terceira fase”.

De acordo com Florenzano (1996, p.23), “começa a Idade Moderna, em algum momento, entre os séculos XV e XVI”. Assim, historicamente a idade moderna tem início no século XV e XVI, mais especificamente, com a ocorrência da queda do Império Romano do Oriente que marca o fim da era medieval. Com base na explicação de Berman (1996, p. 16), no início da fase moderna ainda não havia entre as pessoas a consciência do que era de fato a vida moderna, sendo este período inicial, portanto, assombrado pelos resquícios da cultura medieval. A segunda fase da modernidade se estrutura durante a agitação social formada em torno da Revolução Francesa, entretanto a sociedade ainda estava aprendendo a viver nos tempos modernos, “tendo a sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização” (BERMAN, 1996, p. 16)<sup>3</sup>. E na última fase, a modernização se expande pelo mundo formando uma cultura mundial da modernidade.

Também foi no período moderno que se estruturou o capitalismo comercial como uma nova ordem econômica, onde o comércio começa a ganhar força e se torna a base do desenvolvimento deste sistema. Assim, as monarquias, em busca de riquezas e visando fortalecer o comércio, realizaram as expansões marítimo-comerciais, com o objetivo de descobrir novos mercados consumidores, explorar as riquezas das novas terras e criar uma rede de comércio. Neste momento, começou a surgir nas regiões rurais e nas cidades, às relações de produção com base na acumulação primitiva de capitais, onde nas áreas do campo, os donos das terras e dos meios de produção começaram a explorar o trabalhador, em troca de salários. Nas cidades, expandem-se as manufaturas (oficinas com instrumentos artesanais) equipadas com máquinas e instrumentos manuais que pertenciam a um determinado empresário, o qual contratava funcionários para, em troca de salários, realizar o trabalho de produzir mercadorias que seriam comercializadas depois de prontas, utilizando para tanto, os seus meios de produção.

Assim, ao centralizar os recursos da produção somente em suas mãos, com a finalidade de acumular as riquezas extraídas pelos trabalhadores e concedendo em troca, somente uma remuneração pelo trabalho realizado, a burguesia começou a se constituir como classe, enriquecendo com a acumulação de dinheiro e patrimônios, através da separação entre capital e trabalho.

A acumulação primitiva de capital, cujas origens históricas remontam à gênese do modo de produção capitalista, ganhou sua dinâmica particular precisamente de seu

---

<sup>3</sup> “Para o autor em tela, apesar das ambiguidades e diversidades das experiências de vida que comporta, é na unidade entre o *modernismo* referido aos processos desenvolvimento das artes, da literatura no capitalismo e *modernização* enquanto processo de desenvolvimento da economia e da política no capitalismo, que se constitui a *modernidade*”. (ARAÚJO; GUERRA, 2005, p.4).

caráter monopolista; à exceção dos poucos lugares na superfície da terra onde brotaram as primeiras fábricas modernas, operando com máquinas, não havia no mundo nenhuma indústria capitalista em grande escala (embora houvesse criação de valor em empresas capitalistas manufatureiras). (MANDEL, 1982, p. 30).

Neste caminho, a burguesia buscando aumentar o seu poder econômico, organizou as primeiras indústrias. Os burgueses se tornaram proprietários de máquinas automáticas de tecer e donos também da matéria-prima. E contratavam trabalhadores para confeccionar os produtos que seriam comercializados. Assim, os burgueses foram acabando com a atuação dos pequenos de trabalhadores, em geral artesãos, que atuavam como autônomos, uma vez que, em suas indústrias, passaram a produzir mais rápido, com mais qualidade e em maior quantidade. A execução do trabalho dentro das fábricas era especializada, e desse modo, cada trabalhador realizava uma função específica. Surge neste sentido, à divisão do trabalho, bem como, surgem novas classes: a classe trabalhadora (operários que vendem a sua força de trabalho) e a classe dos donos dos meios de produção (empresários). As condições nas quais se desenvolviam este trabalho eram de exploração, altas jornadas e precarização.

O momento do surgimento das primeiras indústrias ficou conhecido historicamente como: primeira revolução industrial. Posteriormente, surgem as máquinas movidas por novas fontes de energia, como por exemplo, as máquinas movidas a petróleo e as movidas a eletricidade. Assim, devido à alta produção, teve início o método de produção em série. Por esta razão, houve uma necessidade, de se ter novos mercados consumidores, para que fosse possível vender todas as mercadorias que estavam sendo produzidas pelas indústrias. É assim que se inicia uma nova fase conhecida como: imperialismo, pois além de mercado consumidor, surge a necessidade de buscar matérias-primas e mão de obra barata.

A burguesia, enquanto classe que ascendia ao poder lutava também por espaço na política, na economia e na sociedade. Para tanto, começou a apresentar socialmente as ideias que representavam os seus interesses. Desta maneira, de acordo com a sua visão de mundo, passou a negar valores pregados pelos governos absolutistas (tais como: o absolutismo - onde o poder se concentrava nas mãos do rei e, também o mercantilismo - que foi o modelo econômico do Antigo Regime). Desta forma, a classe burguesa passou a valorizar ideias com valores liberais, como por exemplo: o racionalismo (predomínio da razão sobre os dogmas da fé), os ideais de progresso e riqueza. Também eram contrárias as formas de poder exercidas socialmente e politicamente pela Igreja. Essa corrente de pensamento defendida pela burguesia, passou e vigorou no século XVIII, no continente europeu, sendo denominada de: iluminismo.

A modernidade inaugura um tempo em que na Razão se localizam as possibilidades de conhecer a verdade, no sentido de que há aquela legalidade imanente de que falávamos e que ela pode ser captada pelo sujeito (subjetivada) através do pensamento, cujo esforço, desde os clássicos, é dirigido para a apropriação de algo

que existe fora da consciência, possuindo uma existência ontológica. (ARAÚJO; GUERRA, 2005, p.5).

Neste sentido, o período em que ocorreu a transição do Estado absolutista para o Estado liberal, ficou conhecido como ilustração e se trata do momento em que o iluminismo se efetiva e se consolida. Já o iluminismo quando se estabelece na sociedade da modernidade, apresentará fortemente a defesa dos ideais da razão e da autonomia como fatores essenciais para o progresso.

Então, a organização da sociedade moderna encontra-se atrelada a forma de conhecimento racional e a valorização do homem como um ser capaz de buscar através do conhecimento e da razão entender o mundo no qual se encontra inserido, e assim, alcançar o progresso.

Neste contexto, o mundo irá se organizar para vivenciar a fase do imperialismo.

Na fase de transição do capitalismo de livre concorrência à era do imperialismo, o capital responderá àquele desafio com uma penetração maciça no campo das matérias-primas; quando o imperialismo “clássico” deu lugar ao capitalismo tardio, o capitalismo respondeu com uma penetração em massa ainda mais profunda. (MANDEL, 1982, p.41).

O momento do imperialismo, diz respeito à expansão das grandes potências industriais para obtenção de poder e dominação, a partir do século XIX. Trata-se de um momento de expansão, onde vigora o capitalismo de fase industrial e não mais comercial. Portanto, representa uma fase de transição onde o capitalismo ascende a um nível mais elevado socialmente e economicamente.

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2012, p.43).

No momento em que o capitalismo industrial alcança níveis elevados, ou seja, quando se eleva a um patamar superior, é que se desenvolve o imperialismo, e com isso há uma tendência de socialização da produção de maneira ampla, assumindo as seguintes características:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2012, p.43).

Convém destacar quanto a estes aspectos, que a concentração das riquezas ainda permanece nas mãos de uma classe seleta e minoritária, porém, a socialização ocorre no sentido da

produção dessas riquezas. O capitalismo, portanto, não é um sistema homogêneo, pois possui diferentes fases. Para compreendê-lo, faz-se necessário analisar as suas variações e mutabilidade, dentro do movimento da realidade de cada período no qual se desenvolve.

## **2.1. REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

O capitalismo em sua fase monopolista irá agravar as contradições já existentes no Brasil. Nesta perspectiva, o referido agravamento se traduz em expressões da questão social.

A idade dos monopólios altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. (NETTO, 1992, p.15-16).

Assim é possível “relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que compõem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização [...]” (NETTO, 1992, p.13).

No que se refere ao Brasil, quando o mundo iniciava a primeira fase do imperialismo, o país irá vivenciar a fase do capital industrial, com uma burguesia que ainda estava se constituindo enquanto classe, de modo que o país se apresentava como dependente financeiramente da economia dos países estrangeiros.

No capitalismo brasileiro em vez de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um “grande mundo” democrático -, contribuiu para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 2005, p.142).

Historicamente, o nascimento do Serviço Social no Brasil é datado dos anos 1930 a 1940. Neste período ocorreu também no país a industrialização. Segundo Mota, (2017, p.45): “A profissão emerge e se particulariza pela intervenção direta e imediata na realidade desde os anos 1940, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em cujo curso as classes sociais fundamentais teceram suas sociabilidades”.

Assim, a industrialização que aconteceu tardiamente interrompe o histórico de uma economia de base rural, contribuindo para o fortalecimento do capitalismo brasileiro e da urbanização. Essas transformações por qual passou a sociedade brasileira, neste período, resultou em problemas devido ao grande número de pessoas que começaram a habitar as cidades em busca de empregos nas indústrias.

Esses problemas passaram a se expressar de diversas formas e em diversos âmbitos da vida em sociedade, tais como: saúde, saneamento básico, moradia, miséria,

pobreza, entre outros. Essas manifestações de problemas que surgem, neste contexto, são denominadas pelo Serviço Social de expressões da questão social e são decorrentes dos conflitos existentes entre as classes dos capitalistas e dos trabalhadores, uma vez que os capitalistas (detentores dos meios de produção) sempre explorou a classe trabalhadora, a qual busca sobreviver vendendo a sua força de trabalho. Neste contexto, o crescimento das desigualdades sociais tendeu a crescer.

Diante do crescimento e agravamento das expressões da questão social a igreja e o Estado começaram a atuar no atendimento superficial e paliativo a estas demandas. A igreja atuou através de caridade e o Estado através de políticas sociais paternalistas. Convém destacar que cada uma destas instituições visou fortalecer seus próprios interesses: A igreja pretendia não perder seu poder e prestígio, além de ter a intenção de difundir a sua doutrina na sociedade diante das transformações econômicas, sociais e políticos-culturais que aconteciam neste período. Já o Estado enxerga as expressões da questão social como questões de natureza política, onde buscou atenuar a situação que emergia através de ações paternalistas e pontuais.

Nesta perspectiva o Serviço Social vai surgindo, inicialmente ligado à igreja, através das ações caridade, organizadas para que as famílias ricas pudessem atuar junto as expressões da questão social, também com o apoio do Estado, que viabilizou as ações de ajuda aos pobres. Estas ações beneficentes cresceram ao ponto de serem sistematizadas e transformadas em cursos, até que surgem escolas que vinculadas à igreja ensinavam as mulheres da classe burguesa a atuar nas ações sociais. A fundação da primeira escola de Serviço Social irá aparecer no ano de 1936 que se localizou na cidade de São Paulo. E no ano seguinte surge a segunda escola na cidade do Rio de Janeiro. Então neste primeiro momento a profissão surge com forte ligação a Igreja Católica, buscando atuar com as expressões da questão social. Entre os anos de 1940 a 1960 o Brasil irá vivenciar um crescimento na economia, devido à industrialização, quando o capital internacional começou a entrar no país. E quanto mais a economia se desenvolvia, crescia também a necessidade de disciplinar a classe trabalhadora para que esta aceitasse a sua realidade de desigualdade social e atuasse no sentido do desenvolvimento da economia.

Dessa forma, a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada a execução terminal das políticas sociais”. (MONTAÑO, 2007, p. 33).

É nesta perspectiva, portanto, que o Serviço Social vai se formando como uma profissão que surge na fase monopólica do capitalismo, e se interpõe entre as respostas dadas pelo Estado as expressões da questão social, se legitimando dentro da divisão sócio-técnica do trabalho como uma categoria profissional que realiza a sua intervenção por meio

de políticas sociais, as quais se concretizam no cotidiano de trabalho do assistente social em seus espaços sócio-ocupacionais.

### **3. METODOLOGIA**

Foi realizada uma reflexão teórica a partir de pesquisas bibliográficas. Para análise da literatura averiguada neste estudo, utilizou-se o método do materialismo histórico-dialético. Esse método possibilitou que os fatos pudessem ser analisados de modo intenso, partindo assim, como explicou Karl Marx (2008), da aparência de como as questões se apresentam até se alcançar a essência.

Neste sentido, foi possível analisar a realidade da História e compreender a dinamicidade que é inerente a esta, de modo que buscou-se resgatar o sentido do movimento do real, através do tipo de pesquisa exploratória, em que os fatos foram sendo descobertos gradativamente e analisados criticamente.

De acordo com Gil (2010, p.29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”. Assim, este estudo foi desenvolvido em fontes secundárias, ou seja, foram analisadas as reflexões que autores especialistas já haviam publicado sobre o tema. Desta forma, buscou-se fazer consultas em bases bibliográficas da área da História, em que foi dado ênfase aos trabalhos e publicações de autores como: Berman (1996); Mandel (1982); Fernandes (1976); Florenzano (1996); Lênin (2012). Também foram consultados os referenciais teóricos científicos na área dos Fundamentos Sócio-Históricos do Serviço Social brasileiro, sendo enfatizados os trabalhos dos autores: Araújo; Guerra (2005); Coutinho (2005); Montaña (2007); Mota (2017); Netto (1992).

As contribuições dos referidos autores, através dos livros e artigos científicos lidos, foi essencial, pois permitiu entender os fenômenos históricos retratados sobre os fatos que ocorreram no passado a respeito do período histórico compreendido como idade moderna (século XV ao XVIII), alcançando, neste sentido, a análise da origem do modo de produção capitalista, podendo relacioná-la com a gênese do Serviço Social como profissão.

No material bibliográfico selecionado para esta pesquisa foi realizado uma leitura analítica, interpretativa, as quais foram organizadas em forma de fichamentos, que possibilitou ordenar e sistematizar as ideias seguindo a linha cronológica e hierarquizada da periodização dos fatos históricos estudados.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A idade moderna é retratada neste estudo para analisar o surgimento do modo de produção capitalista e sua influência na origem do Serviço Social brasileiro. Assim, inicialmente a presente reflexão proporcionou captar a essência da transição entre, os

períodos históricos do feudalismo e capitalismo, também destacou a razão humana que é colocada no foco neste período, já que valorizou o antropocentrismo, que é uma corrente na qual o cerne das decisões e explicações sobre o mundo será buscada no homem e não mais em Deus.

Esse estudo trouxe a ideia de que, a reforma protestante restringe o poderio do catolicismo e assim, o homem se põe ao centro das descobertas e se lança para a compreensão do mundo, através da expansão marítima comercial, que contribuirá para que o capitalismo comece a se desenvolver como contraponto do feudalismo. Tratou também a contraposição entre o teocentrismo e o antropocentrismo. Na idade média o conhecimento existia, porém neste período não era permitido que a ciência se desenvolvesse. A sociedade, deste período histórico era fechada e o conhecimento estava centrado em um pequeno grupo restrito ao clero e a nobreza. Por isso, a idade moderna vem trazer a formação de uma nova cultura, um novo padrão de pensamento que resulta em novo modo de produção: O modo de produção capitalista.

Neste contexto o iluminismo, vai reforçar, dentro desta dimensão de transição, os valores da razão e da autonomia. É possível considerar ainda que a razão moderna é dialética, ou seja, refere-se à realidade ou a dinâmica do cotidiano. E é importante considerar o progressismo que é próprio deste tempo histórico da modernidade. Contudo, o capitalismo não se trata de um sistema homogêneo, ou seja, a medida que irá se desenvolvendo, passará por várias fases, que fazem do capitalismo essa unidade dialética, evoluindo e acompanhando os tempos históricos.

Assim, foi possível observar como o Estado burguês foi se constituindo e se organizando ao longo da história, as modificações que foram efetuando na sociedade e como estas questões afetaram a formação sócio-histórica do Serviço Social.

Diante desse processo é necessário enfatizar que os principais rebatimentos dessa fase para a atualidade na profissão dizem a respeito das atribuições do exercício profissional, os espaços de atuação do Assistente Social e as condições do trabalho.

A origem do Serviço Social como profissão vincula-se a inserção na divisão social e técnica do trabalho e, ao desenvolvimento das políticas sociais. Contudo, a relação entre esses elementos não é capaz de solucionar a totalidade das contradições existentes entre capital e trabalho. Assim também, é importante saber que a essência do sistema capitalista é de exploração e de busca por obter lucro em seus empreendimentos. Em razão do lucro o sistema capitalista expropria os direitos da classe trabalhadora destituída dos meios de produção.

Observa-se, na atualidade, que os reflexos do processo de formação do sistema capitalista afetou e afeta a categoria de profissionais do Serviço Social, pois constata-se que

o perfil do profissional sofreu mudanças, ao partir de um modelo de atuação ligada a caridade e a doutrina da igreja para alcançar um perfil de um profissional crítico e comprometido com os valores democráticos estruturados no projeto ético-político da profissão.

Desta forma, o Assistente Social na atualidade é um profissional que recebe uma formação pautada na construção de uma intelectualidade ética, crítica e sócio-política. Sendo portanto, formado no sentido de fazer frente e romper com a doutrina pregada pelo sistema capitalista vigente e seus aparelhos de reprodução ideológica.

Por isso, o Assistente Social, norteando-se nos princípios do projeto ético político da profissão, deve buscar fazer frente aos retrocessos e rebatimentos do sistema capitalista no Serviço Social, reconhecendo e se comprometendo cada vez mais em defender os ideais de luta da classe trabalhadora.

Na história do Brasil, um marco importante que surge a partir do ano de 1990 é o neoliberalismo, o qual irá trazer consequências para o país através da redução de direitos sociais e restrição das políticas sociais. O neoliberalismo, ao ser adotado em território brasileiro, trouxe a proposta de ajuste na estrutura estatal para combater a crise, mas também atinge a classe trabalhadora e os direitos sociais conquistados por esta classe. A proposta neoliberal era a de fortalecer o Estado e diminuir os gastos com a esfera social.

O resultado desta política é que as desigualdades sociais começaram a se acirrar, então o Brasil foi tratando das expressões da questão social com ações pontuais, paliativas e focalizadas. Também, a política neoliberal, trouxe a ideia de privatizações e, por exemplo, políticas públicas da educação e saúde, que passaram a ser comercializadas no mercado por empresas privadas, de modo que o cidadão que necessita de uma atenção a saúde e educação de qualidade tem que pagar por esses serviços. Essa situação naturalizou-se e a lógica de comercialização desses direitos sociais ainda prevalece.

Portanto, cabe aos profissionais do Serviço Social comprometidos com o projeto ético-político da profissão, buscar atuar em defesa dos direitos sociais, fazendo resistência ao sistema capitalista que legitima o projeto neoliberal vigente na sociedade. Para tanto, se faz necessário, conhecer os fundamentos sócio-históricos da profissão e o modo como se desenvolveu o sistema político-econômico que vigora no país, para desse modo, através da utilização do método de análise pautado no materialismo histórico dialético, compreender a totalidade dos fatos, por meio de uma análise crítica dos fundamentos e assim, pensar alternativas viáveis que proporcionem a construção de um novo projeto societário condizente com os ideais de justiça social visados constitucionalmente.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. M. S.; GUERRA, Y. D. **A modernidade e a etapa progressista da filosofia burguesa**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: DP&a, 2005.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FLORENZANO, M. Notas sobre Tradição e Ruptura no Renascimento e na primeira Modernidade. In: **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 135, p. 19-30, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18793/20856> >. Acesso em: mar. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 25 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. liv. 1, v. 1.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.128, p.39-53, abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=en&nrm=iso) > Acesso em: jul. de 2018.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.